

A paixão do Ribamar

GERALDO FORBES

Nestes próximos dias, os principais assuntos em debate serão a questão do prazo do mandato do sr. Sarney e, subsidiariamente, o regime de governo — parlamentarismo ou presidencialismo — a ser prescrito pela próxima Constituição.

Argumentos favoráveis e contrários a um e outro sistema, de vezes até pelos mesmos motivos, é o que não falta. Mais importante, porém, que as razões pseudo-científicas ou históricas, pró e contra, será examinar a factibilidade e a eventual eficiência de cada um na realidade brasileira, já que a superioridade de um sobre o outro é tão duvidosa.

O parlamentarismo parece atender, melhor do que o presidencialismo, aos ideais de democracia e representatividade, sendo sua dinâmica muito mais apropriada para absorver e resolver as crises políticas. Acontece que, para seu bom funcionamento, depende do voto distrital, de repartição dos distritos em estreita proporção ao eleitorado e de partidos de verdade. Não havendo, como não há, nenhum desses três requisitos prévios — o único partido deste País é o PT — não se pode pensar em adotar já o parlamentarismo.

Isto não quer dizer que se deva abandonar a idéia; ao contrário, deve-se procurar criar as condições para alcançá-la. Se os constituintes tivessem um minuto de iluminação, deveriam fixar uma data para sua implantação, digamos 1992. O próximo presidente — de março de 1988 a março de 1992 — já governaria ao lado de um Congresso com prerrogativas reforçadas e nesses quatro anos, trataríamos de preparar instituições e partidos para o advento do parlamentarismo.

Infelizmente, no Brasil de hoje, poucas coisas ocorrem como seria desejável ou razoável, e a pequenez dos atores políticos, só interessados em servir aos interesses e apetites imediatos, ameaça mais uma vez arruinar esta oportunidade de se reformarem as estruturas.

Para engrossar a confusão em torno do assunto, há a maléfica influência do atual e apenas fortuito presidente, vidrado na hipótese de estender sua permanência no trono.

Engraçado é que o dr. Sarney entrou para a História do Brasil por mero acaso, tal qual Pilatos no Credo (ou Barrabás na votação), mas pretende agora agravar nossa paixão e sofrimento, recusando-se a sair de cena. Com seu ar e farrisa de fantasma de ópera, esse figurante de província teima em viver um papel e personagem, para o qual não foi feito, não tem talento e nem foi escolhido.

ESTADO DE SÃO PAULO

Surdo às vozes, cego às evidências, decidido a permanecer no poder, neste momento já medita os recursos do Tribunal Nacional que emprega com o único fim de comprar aplausos.

Na economia, toda a economia com a demagogia do congelamento, turrou as dividas, introduziu a peste do subsídio a juro e a direito, permitiu o saque dos bancos estaduais e, assim, fraudou as eleições, corrompeu a Constituinte e favoreceu parentes e amigos, tudo com o fim exclusivo de aumentar sua sobrevivência.

Seu desejo de ficar no cargo, malgrado sua ilegitimidade e incompetência, é sabido. O que não se consegue saber, tendo em vista a falta de idéias ou programas e os resultados melancólicos de sua ação administrativa, é para quê. Por que insiste este homem em permanecer? Afinal o que quer, o que pretende? Silêncio. Vácuo. Eis o drama.

O espantoso é que essa falta de propósito, para nem mais falar de falta de legitimidade, não é sequer considerada pelos preclaros líderes políticos, que, neste momento, esquecidos de compromissos anteriores e indiferentes à situação da economia e aos reclamos dos cidadãos, decidem à nossa revelia, emunchados vergonhosos, a duração de seu mandato.

O dr. Ulysses, o senhor-direito, vira o senhor-arregio, renega todos os seus (chafissimos) discursos e prega cinco anos; o sr. Quercia, que vivia pegando betra nos palanques dos comícios, quer seis anos para Sarney e ainda se presta ao ridículo de bombar de ventríloquo; o sr. Richa, outro expoente de malandada campanha que começou em Curitiba, nem entubecce ao falar em seis anos, e assim por diante. Uma vergonha, ou falta dela, total. Um desrespeito, e um acinte às multidões que foram às ruas e são agora esquecidas por esses usurpadores da vontade popular.

E o que vai acontecer? Conhecendo-se a imaginação desses senhores, é fácil prever. Vão simplesmente misturar a betra com duplidade e inventar uma contrafação de parlamentarismo com Sarney na presidência. Cargos para todos, verbas infundáveis, populismo desenfreado, inflação idem.

A primeira versão deste filme foi rodada de 1961 a 1964. Filme ruim, malfeito, só deu dor de cabeça e ressaca.

Este cinema é dos espectadores que pagam a entrada e o mantêm. Mas, se ficarmos quietos, no escuro, sem reclamar da presença, vão passar tudo de novo.

Os jornais já anunciam em letras garrafais: "Grande Espetáculo. Cópia Nova. Vida, Paixão e Morte do Povo Brasileiro".

Falta a resenha crítica.

Felipe Pádua